

EDUCAÇÃO: FERRAMENTA DE AUTONOMIA DA CLASSE TRABALHADORA

Lyvia Geovanni Melo Santos

*Graduanda em Serviço Social Bolsista do PET Conexões de Saberes – Pesquisa e Extensão
em Espaços Sociopedagógicos. UFMA*

Tatiane Lopes Ericeira

Graduanda em Serviço Social. Bolsista do PIBIC. UFMA

Thaiane Sousa Brasileiro

Graduanda em Serviço Social. UFMA

RESUMO

O processo educacional brasileiro possui um histórico marcado por diversos processos que internalizam os valores propagados na sociedade. A efetiva luta na busca por direitos sociais, também se mostrou vigente no que tange a educação, pois a classe trabalhadora passou a buscar seu reconhecimento, não sendo apenas ator da reprodução de força de trabalho. A política de educação reflete o processo de mudanças sociais. Palco de várias implantações de leis, a política de educação passou a ser alvo de propagação de ideologias, por vezes fomentando a divisão de classes e as desigualdades sociais. Contudo, a educação também passou a ser vista como ferramenta indispensável para a tomada de consciência, de autonomia e de formação de identidade.

PALAVRAS-CHAVE: SOCIEDADE. LUTA. EDUCAÇÃO.

INTRODUÇÃO

A Educação é uma prática humana inerente a própria existência humana, que possibilita a construção do sujeito enquanto ser social. Nesse sentido, a educação tem caráter relevante na formação da sociedade, por ser um processo que envolve e difunde culturas, assim como propicia a formação social do homem.

Nessa perspectiva, a educação também contribui para a compreensão e reflexão do homem sobre as demais questões sociais apresentadas no cotidiano, não diferente, às que

envolve o próprio processo educacional, sua gestão, e no cenário brasileiro, o próprio enfrentamento as desigualdades sociais que evidenciam e fortalecem as lutas de classe.

Os fins da educação variam com os estados sociais, com as diversas espécies de sociedade, com os diferentes tempos e situações históricas. Eles estão diretamente relacionados com as necessidades sociais de um tempo e lugar. (TURA, 2002, p. 51).

O trabalho resgata alguns elementos do contexto histórico como elementos importantes para formação da política educacional no país. Retratando desde o período colonial, temos indiscutivelmente a educação a serviço das classes dominantes, e aparelho de exclusão das massas populares.

A educação no Brasil apresenta uma trajetória de lutas e desafios constantes, que evoluiu de uma forma marcante, mas sempre influenciada pelo modelo europeu. Entretanto esse modelo educacional ainda não prevalecia na sociedade brasileira, o Brasil não possuía os subsídios necessários que constituíssem um modelo educacional. Nesse sentido a educação era voltada para uma elite dominante, apenas para a classe dominante cabia o direito a educação, pois só estes tinham condições de estudar na Europa, e acabavam retornando ao Brasil depois de formados.

No Brasil, a política de educação passou a ser usada como instrumento de gestão governamental, onde cada governo propunha um modelo educacional conforme os próprios interesses, não havendo a preocupação de adequar a política as diferentes realidades sociais vistas por todo o país. Nessa perspectiva, há o demonstrativo de programas implantados, com ideais de meramente depositário de informações, e não de indagação ou reflexão crítica a realidade.

Ao mesmo tempo em que a educação e suas políticas são utilizadas como meio de manipulação e propagação de hegemonias, que visam o estabelecimento de uma ordem social hegemônica, ela também é o principal instrumento para a garantia de consciência crítica e reflexiva quanto aos dilemas impostos e as desigualdades promovidas pelo sistema econômico vigente, em que representa para a classe trabalhadora a busca de autonomia, contestação de ordem e emancipação humana.

TRAJETÓRIA DA POLÍTICA EDUCACIONAL NO BRASIL

A educação no Brasil sempre teve envolvida a atender os interesses do autoritarismo das elites de forma excludente a outros setores da sociedade. No período colonial, a educação estava a cargo da Igreja, sob os cuidados dos jesuítas, fundada em preceitos religiosos. Nessas

escolas, o ensino era feito pela aprendizagem de retórica, gramática portuguesa, grego e posteriormente, matemática, física, filosofia, latim e grego.

Foi ela, a educação dada pelos jesuítas, transformada em educação de classe, com as características que tão bem distinguiam a aristocracia rural brasileira, que atravessou todo o período colonial e imperial e atingiu o período republicano, sem ter sofrido em suas bases, qualquer modificação estrutural, mesmo quando a demanda social de educação começou a aumentar, atingindo as camadas mais baixas da população e obrigando a sociedade a ampliar sua oferta escolar. (ROMANELLI, 2002, 34).

Com o descontentamento aos jesuítas na metrópole, durante a metade do século XVIII, descontentamento este causado por conta dos colonos serem impedidos de utilizar o índio como força de trabalho, gerando assim, a expulsão dos jesuítas da colônia. A expulsão dos jesuítas por Marquês de Pombal, leva a educação a um retrocesso significativo.

O marquês de Pombal só inicia a reconstrução do ensino uma década mais tarde, provocando o retrocesso de todo o sistema educacional brasileiro. Várias medidas desconexas e fragmentadas antecedem as primeiras providências mais efetivas, levadas a sério só a partir de 1772, quando é implantado o ensino público oficial. A coroa nomeia professores e estabelece planos de estudo e inspeção. O curso de humanidades, típicas do ensino jesuítico, é modificado para o sistema de aulas régias de disciplinas isoladas. (ARANHA, 1996, p. 134).

Com a vinda da família real ao Brasil no século XIX, nota-se mudanças nas instituições de educação no país, sendo criados cursos de ensino superior. Também é descentralizada a criação a manutenção da educação primária e secundária, às províncias, ocasionando que o ensino secundário ficasse nas mãos do setor privado, e o primário abandonado, restabelecendo assim, o caráter elitista e excludente na educação.

No ano de 1891, com a Constituição da República, o ensino passa a ter um sistema dual, onde se mantém a distância entre a educação para a classe dominante e a educação para o povo. No início do século XX, o crescimento populacional, a urbanização, industrialização, entre outros elementos, forçou as mudanças no sistema educacional do país.

Em 1932, ocorre a divulgação do Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, que foi um movimento que defendia a questão do ensino público, de forma gratuita, e laica para todos os brasileiros. Nesse contexto surgem várias concepções sobre a formação da escola, além das propostas de educação como respostas aos anos que se alastraram com a política educacional excludente, elitista, sem exercer sua função social no país.

A partir da década de 50, o Brasil passou por graves situações, no âmbito social e político, como as greves, o combate ao comunismo, a propagação da pedagogia de Paulo Freire, entre outros elementos que repercutiram em reformas de várias políticas no Brasil, a de

Educação passa a ser assegurada com alguns instrumentos legais, como a LDB e a própria Constituição Federal mais tarde.

Não obstante, é necessário destacar o que representou a Ditadura Militar para o processo da política educacional, pois significou a redução dos investimentos nesse âmbito, pois o interesse no momento era de uma modernização do país, através de políticas de fomentos a industrialização, e resguardar ideologias que formassem sujeitos não questionadores da realidade, do sistema.

Mesmo diante de uma carência na política educacional, é possível perceber os avanços da política e os mecanismos criados para proteger e garantir o acesso a esta. Vários questionamentos são colocados em torno da educação, principalmente a de ensino público e como se faz importe na busca da emancipação dos sujeitos.

EDUCAÇÃO E CLASSE TRABALHADORA: DEMONSTRATIVOS DE UMA ESTRUTURA DESIGUAL.

A sociedade brasileira é caracterizada como, capitalista repleta de desigualdades sociais, onde uma parcela da população tem seus direitos violados, entres eles o acesso à educação, enquanto um direito instituído por lei, desde a constituição de 1988. Entretanto:

(...) ao mesmo tempo em que o governo apresenta diversos argumentos pelo não investimento na educação e nas demais políticas sociais, a Desvinculação das Receitas da União (DRU), que prevê a destinação de 20% das receitas da União, é prorrogada até 2015, demonstrando a adoção de uma política submetida aos ditames dos organismos internacionais. No ano de 2012, a DRU deve alcançar um valor de R\$ 62 bilhões, enquanto o reajuste do piso salarial dos/as professores/as deve custar cerca de R\$ 7 bilhões aos cofres públicos (SEMINÁRIO NACIONAL DE SERVIÇO SOCIAL NA EDUCAÇÃO apud CFESS, 2012).

De acordo com pesquisa do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE houve uma queda de 10,1% para 8.8% no índice de analfabetismo entre os anos de 2007 e 2013 (IBGE, 2015). Embora tenha havido um avanço na taxa de alfabetização no Brasil, ainda e muito crescente o índice de jovens adultos não alfabetizados. Isso acontece, frequentemente, porque esses jovens trocam o estudo pelo trabalho e essa é uma problemática que atinge também as crianças e os adolescentes.

Apresenta-se como uma alternativa governamental reduzir o índice de analfabetismo entre jovens e adultos trabalhadores no Brasil o Programa Nacional de Inclusão de Jovens: Educação, Qualificação e Ação Comunitária – PROJOVEM, o Programa Nacional de

Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos — PROEJA e o Exame Nacional de Certificações de Competências em Educação de Jovens e Adultos — ENCCEJA e a modalidade de Ensino EAD – Ensino à Distância, que se configuram a partir de duas perspectivas, a perspectiva socioeconômica e a perspectiva mercadológica, capitalista, nesse sentido a educação para jovens adultos “se configura, no Brasil, como oferta de possibilidades de elevação da escolaridade para aqueles aos quais foi negado o direito à educação na fase da vida historicamente considerada adequada” (ALGERBAILE, RUMMERT, VENTURA, 2007).

Partindo da perspectiva legal o EJA – Educação de Jovens e Adultos, se apresenta como um mecanismo de reparação da “dívida social” ”(ALGERBAILE, RUMMERT, VENTURA, 2007), possui pouca visibilidade na LDB – Lei de Diretrizes e Bases que contempla o EJA com apenas dois artigos na mesma, que tratam da garantia do direito à educação à jovens e adultos trabalhadores e da garantia de acesso e permanência destes jovens, entretanto a lei não trata dos mecanismos de acesso e permanência que garantam uma educação gratuita e de qualidade aos trabalhadores que não possuem meios para manter a si e sua família.

Na perspectiva social o EJA é visto como uma possibilidade de melhorar a qualidade de vida, elevar o “nível social” e elevar o nível de escolaridade, possibilitando aos trabalhadores, entretanto da perspectiva econômica.

Nesse sentido de facilitar o acesso à educação o Governo criou vários:

(...) mecanismos de certificação, relativos à conclusão do Ensino Fundamental, à formação profissional — particularmente a de caráter inicial, que não exige níveis de escolaridade mínimos, conforme previsto na legislação atual — e, com menor ênfase, ao término do Ensino Médio. (ALGERBAILE, RUMMERT, VENTURA, 2007).

Esses mecanismos são facilitadores do nivelamento profissional de jovens e adultos, entretanto são programas centralizados e que não atendem à demanda social e são consolidados nos programas PROJOVEM, PROEJA, ENCCEJA e EAD. Esses programas se apresentam como amenizadores dos problemas socioeconômicos, como meros mecanismos de preencher lacunas que as políticas sociais não alcançam uma falha ao assegurar educação gratuita e de qualidade. Embora se apresente como uma perspectiva de mudança de vida para a classe trabalhadora, esses programas se consolidam como fraturados não atendendo aos interesses sociais e atrelado aos interesses do capital.

Nessa perspectiva a efetivação da educação da classe trabalhadora no Brasil ainda tem um longo caminho a serem percorridos, tanto na perspectiva social quanto na perspectiva econômica através de iniciativas que qualifiquem profissionais para atuarem na área da educação, assistentes sociais, psicólogos, tanto na perspectiva social quanto na perspectiva econômica através de iniciativas que qualifiquem profissionais para atuarem na área da educação, assistentes sociais, psicólogos, pedagogos, etc. na garantia do acesso e permanência da classe trabalhadora na educação fundamental, médio e superior e não apenas investir na educação profissionalizante que superfatura o número de profissionais por área. É perceptível que a trajetória do sistema educacional brasileiro ainda tem uma longa jornada a seguir e vários problemas a enfrentar e superar.

EDUCAÇÃO: PERSPECTIVA DE EMANCIPAÇÃO DA CLASSE TRABALHADORA

A educação é um processo de construção e formação político-ideológico do sujeito, onde ele obtém conhecimento para ser reproduzido socialmente de acordo com os seus anseios individuais. Cada vez mais a educação vem sendo a porta de acesso para o mercado de trabalho que esta cada vez mais exigente e contestador, nesta perspectiva o sujeito passa a se preocupar apenas em se qualificar em um lapso temporal menor para garantir sua inserção do mercado de trabalho.

Os fins da educação, então, estão fortemente relacionados com a manutenção do que é comum à coletividade e com a constituição de mecanismos que possibilitem garantir a continuidade societária e a manutenção de estruturas sociais que representem as formas de assegurar as condições sociais de existência da própria sociedade. (TURA, 2002, p. 51)

O atual modelo neoliberal expressa esta perspectiva da classe trabalhadora dentro do mercado de trabalho, perpassando por um sistema educacional e de qualificação rápido – a exemplo: os cursos técnicos e a distância. A educação é atrelada ao sistema capitalista no sentido de reprodução da ideologia econômica que se sobressai na sociedade. Os que detêm o poder – os burgueses impõem os condicionantes para a classe trabalhadora ser inserida no mercado de trabalho, conforme o que lhe é exigido e as “certificações” apresentadas, onde na maioria das vezes o sujeito perpassa por um processo seletivo, tornando assim um processo competitivo.

Diante desta conjuntura, a educação na atualidade esta voltada para preparar e formar indivíduos para o mercado de trabalho, deixando de lado na maioria das vezes a sua formação critica sobre a sociedade em que está inserido, sendo assim, apenas um mero reprodutor de ideias, e não um contestador dessas ideias para assim intervir dentro desta sociedade. O conjunto destes indivíduos oriundos desta formação acelerada forma classe trabalhadora, que contribui para o sistema capitalista conforme as suas qualificações e sendo consequentemente, explorados pelo modelo de produção.

Dentro desta sociedade contraditória, muitos indivíduos conforme as suas perspectivas de vida, almejam uma formação de modo qualitativo para ter a sua emancipação social, e assim adquirir um trabalho que lhe ofereça subsídios necessários para a sua manutenção de maneira a viver bem

Não é de hoje que se relaciona educação e trabalho, onde a educação é compreendida como uma forma de crescimento profissional já dizia Marx (1974).

O tempo é o campo do desenvolvimento humano. O homem que não dispõe de nenhum tempo livre, cuja vida, afora as interrupções puramente físicas do sono, das refeições etc., está toda ela absorvida pelo seu trabalho para o capitalista, é menos que uma besta de carga. É uma simples máquina, fisicamente destroçada e espiritualmente animalizada, para produzir riqueza alheia. (Marx, 1974, p.98-9)

Onde é possível compreender a Educação intrinsecamente ligada ao capitalismo, nesse sentido para Marx a educação é uma forma da classe trabalhadora se emancipar da ideologia do capital.

CONCLUSÃO

A Política Educacional no Brasil por muito tempo, foi percebida como mecanismo de normatização do povo, que envolvia interesses do Estado, assim como das camadas dominantes. Sendo uma política de cunho pública e social, a educação de responsabilidade do Estado, inspirava a exclusão de alguns setores sociais, sendo fruto de constantes mudanças e palco de lutas por reformas.

O processo educacional brasileiro possui um histórico marcado por diversos processos que internalizam os valores propagados na sociedade. A efetiva luta na busca por direitos sociais, também se mostrou vigente no que tange a educação, pois a classe

trabalhadora passou a buscar seu reconhecimento, não sendo apenas ator da reprodução de força de trabalho.

O papel que as instituições educacionais assumem hoje corresponde ao desenvolvimento das forças produtivas, decorrentes do advento do capitalismo. Assim, quanto mais cristalizadas as relações de trabalho, mais complexo torna-se a transformação das instituições educacionais em espaços de resistência, que produzem uma ideologia contra hegemônica, não individualista, desnaturalizadora e transformadora (TONET, 2005).

No Brasil, enquanto sociedade capitalista, reproduz elementos desse modelo econômico na propositura de suas políticas, no intuito de mediar os conflitos entre as classes, e tentar atender os interesses, tanto da classe trabalhadora, quanto da dominante. Não diferente, a política educacional também reproduz esses elementos. Os programas implantados para a melhoria do sistema educacional possibilita visionar as tentativas governamentais de erradicação do analfabetismo, mas também possibilita a manipulação, principalmente da classe trabalhadora, que por vezes opta pelo trabalho, em vez dos estudos.

Nessa perspectiva, é necessário refletir sobre esses programas, que atingem o proletariado com objetivos de manipulação e de manutenção enquanto classe subalternizada, seja do sistema vigente, seja na propositura das políticas públicas. Outra perspectiva é quanto o ensino a distância e o de nível técnico, que oferece a alternativa de um ensino precarizado, recheado de ideologias hegemônicas e autoritárias, para ao final, servir de mão de obra barata.

A política de educação reflete o processo de mudanças sociais. Palco de várias implantações de leis, a política de educação passou a ser alvo de propagação de ideologias, por vezes fomentando a divisão de classes e as desigualdades sociais. Contudo, a educação também passou a ser vista como ferramenta indispensável para a tomada de consciência, de autonomia e de formação de identidade.

Por fim, é necessário entender a educação como inerente ao homem, que possibilita o desenvolvimento das relações sociais, assim como uma ferramenta de construção de identidade, cultura, e que pode ser o refúgio na busca de melhores alternativas de superação de realidades desiguais impostas a alguns setores da sociedade.

REFERÊNCIAS

ALGERBAILE, Eveline. RUMMERT, Sonia Maria. VENTURA, Jaqueline. Educação da classe trabalhadora brasileira: expressão do desenvolvimento desigual e combinado. 2007.

AMARO, Sarita Teresinha Alves. Serviço Social na Educação - Bases para um trabalho profissional. Editora UFSC. 2001.

ARANHA, Maria Lucia de Arruda. História da Educação. 2. Ed. São Paulo: Moderna, 1996.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística EDUCAÇÃO. Disponível em <http://brasilemsintese.ibge.gov.br/educacao>. Acesso em 27/01/2015.

MARX, Karl. Manuscritos Econômico-Filosóficos. São Paulo: Abril Cultural, 1978a

SER. Social, CEFESS. A inserção do Serviço Social na Política de Educação na perspectiva do Conjunto CFESS/CRESS: elementos e desafios para a categoria profissional. Brasília, V.14, n.30, 2012

ROMANELLI, Otaíza de Oliveira. História da educação no Brasil. 27. Ed. Petropolis: Vozes, 2002.

TONET, I. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005

TURA, Maria de Lourdes Rangel. Sociologia para educadores. 2º Ed. Rio de Janeiro: Quartet, 2002.